



20.º Aniversário da "Luta"

*A ADFA assume
a sua própria história
20 anos depois
prevalecem
grandes injustiças*

Pág. centrais

Direitos dos deficientes de guerra

Presidente
da Assembleia Geral da ONU
recebeu das mãos da ADFA
proposta da FMAC

Pág. 5



Isenção do serviço militar dos filhos dos DFA's foi publicado

Pág. 2



Pág. 3

**Direcção Nacional
recebida
por entidades
civis e militares**

Partidos políticos dialogam com a ADFA

Texto de Armino Roque

A ADFA convidou todos os dirigentes de todos os partidos com assento na Assembleia da República a visitarem a Sede da ADFA, para aqui debaterem a temática da deficiência no âmbito dos programas eleitorais, aproveitando-se também a oportunidade para os sensibilizar para os nossos problemas.

Esta iniciativa surgiu no seguimento de um convite feito pelo Secretário Geral do PS, conforme noticiado no "ELO" de Julho, para a ADFA se deslocar ao Largo Rato onde, no dia 20 de Julho, António Guterres recebeu pessoalmente a Direcção Nacional.

Apenas O PCP e os "Verdes" responderam a este convite. Ao PSD, para além do convite para visitar a nossa Sede, foi pedida uma audiência a Fernando Nogueira que não se chegou a concretizar.

No dia 30 de Agosto o cabeça de lista do PCP por Lisboa deslocou-se à ADFA e reuniu-se com os Órgãos Sociais Centrais. Luís de Sá fez um breve historial da actividade do seu partido, que ao longo dos anos já apresentou diversas propostas de dec-lei na AR.

Afirmou que devem ser atribuídos subsídios às associações de deficientes, mas que esta atribuição deve ser devidamente regulamentada, para que as mesmas não fiquem, ano após ano, dependentes da cor do partido político que estiver no Governo.

Realçou o facto de ter sido o PCP o único partido político a incluir no seu programa a problemática das pessoas deficientes.

Defendeu que deve existir um recenseamento periódico, de dez em dez anos, e que a lei de bases da Reabilitação deve ser regulamentada e actualizada.

Depois da intervenção de Luís de Sá o presidente da Direcção Nacional fez uma explanação sobre os problemas dos DFA e realçou o facto de geralmente na Assembleia da República as leis sobre os deficientes serem aprovadas por unanimidade.

Falou também no facto de não existir um estatuto que permita aos dirigentes associativos, a exemplo do que se passa com os dirigentes sindicais, poderem usufruir de regalias que lhes permitam desenvolver as suas actividades. Luís de Sá respondeu a esta questão e disse que o PCP pretende apresentar uma proposta sobre este assunto na AR.

Lavouras Lopes falou ainda sobre muitos outros problemas como sejam: a organização institucional do SNR, que é equivalente ao de uma Direcção Geral; do problema dos transportes e das barreiras arquitectónicas; do fornecimento de próteses para as quais começam a faltar verbas; expressou ainda a sua preocupação pelo facto de os deficientes não ascenderem quase nunca a altos cargos políticos como é o caso dos deputados.

Interrogado pelo "ELO" sobre o que pensava das acusações de ingerência partidária do seu partido nas organizações de deficientes, Luís de Sá reconheceu que foram cometidos alguns erros nessa matéria, mas que no fundamental a sua política foi correcta e que os militantes do PCP têm indicações no sentido de respeitarem as decisões tomadas democraticamente nas associações.

"OS VERDES"

No dia 13 de Setembro deslocou-se à nossa Sede uma representação do partido ecologista "Os Verdes", constituída por Isabel de Castro e Sérgio Pinheiro.

A eliminação das barreiras arquitectónicas, nomeadamente dos "frades" (pitons de cimento) fez parte de uma proposta apresentada por este partido na Assembleia Municipal de Lisboa, e que foi aprovada por unanimidade.

"Os Verdes têm uma preocupação muito especial com a qualidade de vida dos peões e, desta forma, também com os deficientes, uma vez que aquilo que dificulta a vida aos peões, como sejam os buracos, os passeios cheios de automóveis, os postes etc., prejudica muito mais os deficientes, os idosos e a deslocação dos carrinhos de bebés, desta forma é possível conjugar as reivindicações dos deficientes com a de milhares de outras pessoas que também se sentem prejudicados no seu dia-a-dia.

"Os Verdes preconizam ainda a criação de rampas de acesso, de casas de banho apropriadas, etc..

Consideraram que no ensino os deficientes são vítimas de alguma segregação.

O presidente da Direcção Nacional defendeu que as ONG devem ter uma participação activa na vida autárquica e que inclusive deveriam ter o direito de apresentar às Assembleias Municipais as suas propostas sempre que o quisessem.

Delegação de Viseu Relação de Donativos

Donativos que nos chegaram para ajuda das novas instalações da Delegação de Viseu, que com a participação de todos os associados conseguimos ter umas instalações próprias, adaptadas à Associação que somos.

Contamos com o teu apoio!

António Velho Ribeiro - S. 5884	5.000\$00
Urbino C. Monteiro - S. 5435	2.000\$00
José Viegas Matos - S. 5431	10.000\$00
António C. Cardoso - S. 10662	5.000\$00
António F. Rufino - S. 4382	5.000\$00
Silvana M. L. Almeida - S. 12117	1.000\$00
Victor M. A. Cristo - S. 11434	10.000\$00
José F. Bernardes - S. 1524	5.000\$00
Agostinho O. Silva - S. 2879	5.000\$00
Mário P. Ribeiro - S. 4509	5.000\$00
José Silva Soledades - S. 9203	5.000\$00
Manuel A. Balsa - S. 3322	5.000\$00
António M. S. Sequeira - S. 11280	4.000\$00
Rogério Conceição - S. 12255	5.000\$00
Acácio Martins Vale - S. 12633	5.000\$00
José Correia Martins - S. 4832	2.000\$00
Joaquim F. Silva - S. 5108	5.000\$00
Eduardo A. Almeida - S. 7487	5.000\$00
Armando S. Luis - S. 3581	1.000\$00
José da Silva - S. 1436	5.000\$00
Mário A. Pires - S. 6088	6.000\$00
José Fonseca - S. 4887	6.000\$00
Luciano P. Santos - S. 8931	1.000\$00
Ernesto D. Sousa - S. 11284	5.000\$00
António P. Rosa - S. 12440	7.000\$00
Vasco Cabral Nunes - S. 5798	10.000\$00
Serafim F. Pereira - S. 11298	5.000\$00
Nelson F. Nunes - S. 3224	15.000\$00
António Abreu Carvalho - S. 9674	5.000\$00
José Marques Mendes - S. 3525	10.000\$00
Joaquim Pereira Oliveira - S. 3192	4.000\$00
António R. Patelas - S. 2986	15.000\$00
António S. M. Faia - S.P.	10.000\$00
Fernando G. Alves - S. 13126	5.000\$00
José Augusto - S. 5639	2.000\$00
Olinda C. Albuquerque - S. 7210	5.000\$00
Alvaro S. Pereira - S. 3870	5.300\$00
Manuel Rodrigues - S. 13301	10.000\$00
Herminio S. Dias - S. 7685	5.000\$00
	226.300\$00
TRANSPORTE	8.185.200\$00
TOTAL	8.411.500\$00

Isenção do Serviço Militar

A Lei 36/95 de 18 de Agosto, veio estabelecer a possibilidade de dispensa e isenção de obrigações militares para os filhos ou irmãos de militares mortos em campanha ou deficientes das Forças Armadas com incapacidade igual ou superior a 60%, através da alteração do artigo 19º da Lei do Serviço Militar, cujo novo texto se publica abaixo.

Por seu turno, o Artº 85º do Regulamento da Lei do Serviço Militar, ainda não ajustado às alterações, dispõe a forma de procedimento que mesmo assim também já se aplica aos filhos dos DFA's abrangidos.

Aqueles que requereram a isenção antes da entrada em vigor da nova lei, devem apresentar novo requerimento no CRM, devidamente instruído com os documentos necessários.

O novo texto do artigo 19º da Lei do Serviço Militar é o seguinte:

Artº 19º

Dispensa e isenção de obrigações militares

1 - Pode requerer dispensa do cumprimento do serviço militar, sendo alistado directamente na reserva territorial, o cidadão filho ou irmão de militar falecido ou de cidadão considerado deficiente das Forças Armadas com uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% cuja morte ou deficiência tenha ocorrido:

a) Em serviço de campanha ou em circunstâncias directamente relacionadas com o serviço de campanha ou como prisioneiro de guerra;

b) Na manutenção da ordem pública;

c) Na prática de actos humanitários ou de dedicação à causa pública;

d) No exercício das suas funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho, em condições de que resulte, necessariamente, risco agravado equiparável ao definido nas situações previstas alíneas anteriores.

2 - Constitui motivo de exclusão temporária da prestação do serviço militar estar processado criminalmente, a cumprir pena ou sujeito a medidas que, pela sua natureza, sejam incompatíveis com a presença nas fileiras.

3 - Constitui motivo de isenção do serviço militar ser reconhecido como objector de consciência nos termos da respectiva legislação.

Regulamento da Lei do Serviço Militar

Artº 85º

Filho ou irmão de morto em campanha

1 - O recruta filho ou irmão de morto em campanha pode requerer ao CEME a dispensa do serviço efectivo normal até 30 dias após a realização das provas de classificação e selecção.

2 - O requerimento, instruído documentalmente, é apresentado ao CRM recenseador.

3 - No caso de deferimento, o cidadão é alistado na reserva territorial.

SETÚBAL

Clinica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:

2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦ mais informações contactar ♦

Delegação da ADFA de Setúbal

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h

5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença

5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)

Médico: Dr. Paulo Val

2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Teresa Infante

2.ª Feira 10:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h

e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida

2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras

09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D.ª Dulce Sousa

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras

14:00 às 18:00h

* c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefones)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armino Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente,
as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo
da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Audiências concedidas à Direcção Nacional

A DN solicitou audiências a diversas entidades para tratar das questões relativas aos deficientes militares, com muito especial empenho naqueles que carecem de resolução mais urgente, por de aplicação de justiça a situações ainda por resolver, e que mantêm em longa e justificada expectativa todos aqueles que, pela sua concretização, à tanto esperam.



Audiência com o CEME

Aos chefes militares, Generais CEME e CEMFA, foram apresentadas com maior veemência, nos dias 31 de Julho e 1 de Agosto respectivamente, as questões mais directamente relacionadas com as suas competências, nomeadamente: - Equiparação dos praças à categoria de sargento, Deficientes sem pensão, Deficientes dos PALOP, Pensões de preço de sangue, Assistência médica e fornecimento de próteses e Lar Militar.

Na sequência da audiência concedida pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, realizou-se uma reunião de trabalho em 28 de Julho, com um dos seus assessores, Brigadeiro Camões, onde foi aprofundado o estudo destas questões, tendo em vista a sua apreciação pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Nas audiências concedidas pelo Ministro e pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi feita uma apreciação aprofundada de todos os assuntos, especialmente dos que devem ser objecto de legislação específica, nomeadamente: - Deficientes sem pensão, Acumulação de pensões e vencimentos, Pensões de preço de sangue, Deficientes dos PALOP, Subsídios de desemprego e Abaixamento do grau de incapacidade para qualificação de G.D.F.A.



Audiência com Figueiredo Lopes

Sobre o Lar Militar, foi entregue ao Ministro e ao Secretário de Estado da Defesa Nacional uma contraproposta do Protocolo elaborado pelo MDN, através da qual se pretende fazer um melhor e mais eficiente aproveitamento das potencialidades desta estrutura.



No HMP

Na audiência concedida pelo Director do HMP, no dia 15 de Setembro, foi tratada a questão do fornecimento de próteses e prioridade no atendimento dos grandes deficientes das Forças Armadas.

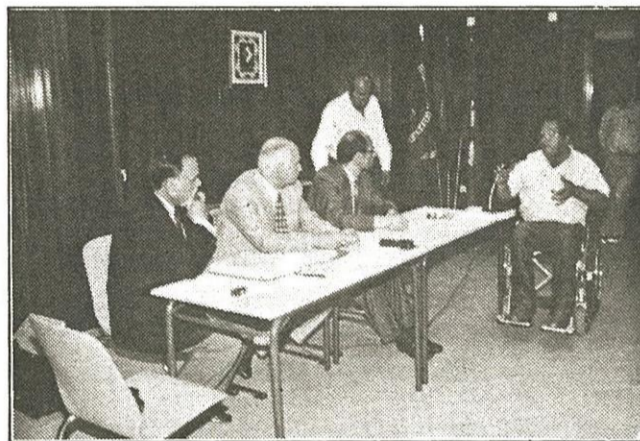
Obteve-se a disponibilidade do Director do hospital para a criação de um sistema de adjudicação directa de próteses que ponha fim à morosidade actualmente verificada. O director do hospital aceitou a inclusão dos grandes deficientes na lista de prioridades de atendimento.

Como resultado das audiências concedidas à DN, realça-se:

- As Chefias Militares manifestaram disponibilidade para apoiarem as pretensões gerais da Associação e para adoptarem as medidas que são da sua competência.

- As medidas legislativas que se pretende ver adoptadas por parte do Governo, através do MDN, encontram-se em fase de estudo, não existindo ainda nenhum projecto final.

- Na vigência deste Governo já não será possível legislar, segundo informou o próprio Secretário de Estado da Defesa Nacional.



Em algumas audiências foi abordada a questão de transformação das graduações em promoções dos deficientes das Forças Armadas na situação de reforma extraordinária.

Na audiência com o Ministro da Defesa Nacional, em 28 de Julho, foi o próprio, que tomou a iniciativa da discussão. A DN aproveitou para informar que se trata de uma iniciativa de um grupo de interessados, mas a que a ADFA não poderá mais ser alheia, por estar em causa a dignificação da qualidade de deficientes das Forças Armadas, fim que a Associação prossegue.

A discussão deste assunto situa-se já no espaço associativo, tendo-se realizado a primeira reunião no passado dia 08 de Setembro, na nossa Sede, com a presença de numerosos interessados.

A DN apresentou ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, também no dia 8 de Setembro, a sua preocupação com a situação económica da Associação, resultante do aumento de despesas correntes, provocado sobretudo pelos encargos com a nova Sede, sem a correspondente actualização do subsídio anual.



Audiência com o SEDN

SNR recebe Direcção Nacional

O Secretário Nacional de reabilitação recebeu, em 27 de Setembro, a Direcção Nacional, que lhe apresentou cumprimentos e com quem tratou de assuntos genéricos sobre reabilitação, tal como equacionou questões específicas da ADFA.

Foi feita uma abordagem da situação actual da reabilitação em Portugal e dos problemas mais prementes cujas resoluções urge adoptar.



Audiência com António Charana

A Direcção Nacional expôs a questão do estatuto jurídico do CRPG, que carece de definição, e tratou de assuntos relacionados com projectos da associação em curso, nomeadamente a reinstalação da tipografia escola e os cursos de Formação Profissional.

Princípios Directores dos Deficientes de Guerra

Na sequência da audiência reportada na página 5 deste jornal, a ADFA, desenvolveu as seguintes acções:

- Formalização do pedido ao Governo Português, através do Secretário de Estado da Defesa Nacional, para que proceda ao agendamento dos "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes (Deficientes) e Vítimas da Guerra" na 50ª Sessão da Assembleia geral da Nações Unidas.

- A associação tem estado em contacto com o Governo e o gabinete do Prof. Freitas do Amaral em Nova Iorque, a fim de garantir que este importante documento dos Deficientes da Guerra de todo o Mundo, seja realmente discutido na ONU.

- A ADFA, tornou pública esta diligência feita junto do Prof. Freitas do Amaral, aquando da sua tomada de posse, como Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo-lhe enviado na ocasião um telegrama de felicitações.

Admissão de Associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4 do Artº. 8º dos Estatutos da ADFA:

- Manuel Rosa Correia.
- Roberto Ferreira Durão.
- Sandra Sofia Reis Silva.
- José Silva Gonçalves.
- Manuel da Conceição Agostinho.
- Marolino Júlio dos Santos.
- Amabelino Galvão Gonçalves.
- António Augusto da Costa Campinas.
- Sebastião Ventura Lopes Silva.
- Bento Manuel Pizeiro Nunes.
- Heitor Hugo Louro Batalha de Almeida.
- António Manuel de Matos Gaspar.
- Carlos Alberto Gonçalves António.
- Joaquim Augusto Resende.
- Luís Manuel Coelho.
- José Luís Teixeira Silva.
- António Rogério Raposo Andrade.
- Rosa Amélia Santos Almeida.
- José Marinho Cardoso.
- Francisco Gouveia Fernandes.
- David Rodrigues de Moraes.
- José Isidro Dionísio.
- Carlos Augusto Rafael.
- Rui Jorge de Aguiar dos Santos Paiva.
- João Maria Barreiro Pires.
- José Morgado Calqueiro Ferro.
- António Agostinho Marques.

CERCI

Construção das futuras instalações

A CERCI de Lisboa surgiu há 20 anos da iniciativa de alguns pais, técnicos e pessoas interessadas. Durante estes 20 anos tem sido desenvolvido um trabalho em prol da pessoa deficiente. As experiências acumuladas e o estreito contacto com todas as realidades sociais e humanas têm, ano após ano, definido as necessidades reais e as respostas mais adequadas à especificidade de cada caso atendido. De há muitos anos que as direcções da CERCI de Lisboa sentiram a necessidade da existência de um Centro de Apoio Ocupacional e Residencial. Diversos factores, nomeadamente a incapacidade financeira para concretizar tal iniciativa, inviabilizaram a realização de tal obra.

Finalmente, graças à cedência de um terreno pela Câmara Municipal de Lisboa e ao apoio concedido pelo Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, a construção iniciou-se e esperamos dentro de três anos fazer atendimento ocupacional a 50 jovens deficientes mentais e apoio residencial a 30. A CERCI de Lisboa, como Instituição sem fins lucrativos, vai ainda assim, lutar com grandes dificuldades para poder responsabilizar-se pelo restante financiamento que lhe cabe nesta obra.

A Cerimónia de lançamento da primeira pedra efectuou-se na Av. Avelino Teixeira da Mota na Zona N1 de Chelas (perto do Colégio Valssassina) em Lisboa, no passado dia 13 de Setembro, e contou com a presença do Ministro do Emprego e Segurança Social e outras Individualidades.

Os apoios que viermos a ter serão a expressão do espírito social e a compreensão dos problemas sociais que a todos dizem respeito.

A Direcção da CERCI Lisboa

II Torneio de futebol para deficientes visuais

Nos dias 23 e 24 de Setembro a Câmara Municipal de V. N. de Gaia, através da Divisão de Saúde e Acção Social, levou a efeito o II Torneio de Futebol para Deficientes Visuais, no Ringue da Associação Desportiva e Cultural de Canelas.

Participaram três equipas da ACAPO, duas da Delegação Porto e uma de Lisboa.

Durante o encontro, para além dos jogos previstos, os participantes conviveram num almoço servido pela Câmara Municipal, seguido de um pequeno passeio, realçando-se da realização a cerimónia de entrega de troféus.

O Torneio teve como objectivo a sensibilização da população em geral para a capacidade dos deficientes visuais para a prática desportiva.

Formação de Dirigentes Associativos dos PALOP

Com a finalidade de sensibilizar as autoridades portuguesa para a necessidade de concretização de programas de cooperação na área da deficiência visual com os PALOP, a ACAPO irá promover em colaboração com a ONCE, o SNR, o IEFP o Instituto para a cooperação Portuguesa e o Instituto Camões, de 23 a 27 de Outubro, em Lisboa, um Seminário subordinado ao tema "Formação de Dirigentes Associativos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa".

I Encontro Nacional sobre Stress Traumático

A Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento irá realizar de 25 a 27 de Outubro, em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, o "I Encontro Nacional de Stress Traumático".

A Comissão Científica é presidida pelo Professor Afonso de Albuquerque e a Sessão de Encerramento será presidida por Maria Barroso.

A ADFA fará duas intervenções neste encontro, uma sobre as "Instituições na Comunidade" e uma outra sobre reabilitação.

Formação Profissional

CURSOS

apoiados pelo FSE/IEFP

Para militares e civis portadores de deficiência motora, orgânica e / ou auditiva - (de nacionalidade portuguesa)

Habilitações:

9º ano de escolaridade ou equivalente

Técnicos de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (Frio, TV e Vídeo)

Início JAN96 - inscrições até OUT96

Escritório Electrónico (Técnicos Administrativos)

Início MAR96 - inscrições até DEZ95

Sócio..., sabes que...

Os teus familiares têm acesso a cursos de formação ?

Curso Técnico de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (TV/Vídeo, Frio e Refrigeração)

idade limite 25 anos - 9º ano escolaridade nacionalidade portuguesa

Início: MAR96 - Inscrições até DEZ95

Aceitam-se e incentivam-se inscrições de familiares de sócios das Delegações

Inscrições dos cursos: Edifício ADFA, Av. Padre Cruz ao Lumiar - 1600 Lisboa
Serviço de Formação e Emprego
Telefs: 7570422 - 7570502 Ext.226

APEDV

Cursos de Formação Profissional para cegos

A Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais, tem vindo, nos últimos anos, a levar a cabo cursos de formação profissional destinados a pessoas portadoras de deficiências visuais. As áreas abrangidas são: a Cerâmica, Telefones, Auxiliares de Fisioterapia, Cestaria, Informática Adaptada e Madeiras.

Estes cursos têm carácter nacional. Os formandos têm de ter mais de 15 anos de idade e menos de cinquenta. Os frequentadores dos cursos têm direito a uma bolsa de treinos que pode ir até 70% do vencimento mínimo mensal, para além doutros benefícios. Informações adicionais poderão ser obtidas por escrito ou através dos telefones: 8595584/8595812/8596520. As pessoas a contactar são a Dra. Carminda ou Dra. Graça.

IVA

Foram significativamente alterados diversos procedimentos na liquidação do IVA, designadamente em matéria de reembolsos, pelo que se recomenda, nomeadamente aos associados empresários e trabalhadores independentes, a consulta do Dec. Lei nº. 229/95, publicado na 1ª Série do Diário da República nº 210, de 11 de Setembro.

Sócios Falecidos



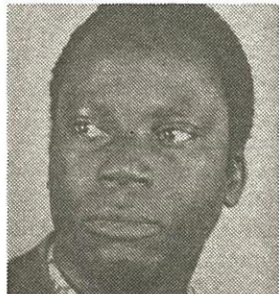
Fernando Marques Lima, sócio nº 1159, de 66 anos, faleceu no dia 04/03/1995. Residia na Moita, deixa viúva a Sra. Maria Hermínia Simões dos Santos.



João Fernandes de Brito, sócio nº 13349, de 51 anos, faleceu no dia 22/08/1995. Apresentou Guia da I.H.I., onde consta a desvalorização de 40%. Residia em Lisboa, deixa viúva a Sra. Aurora Mª G. de Brito e órfão um filho.



Avelino Fajardo, sócio 8105, de 56 anos, faleceu no dia 05/07/1995. Residia em Coimbra, de viúva a Sra. Maria Azenha Fajardo e órfãos dois filhos.



Mamadú Sanhá, sócio nº 5552, de 49 anos, faleceu no dia 15/06/1995. Tinha 30% de incapacidade. Residia em Lisboa.



Joaquim Manuel Ferreira, sócio nº 7999, de 54 anos, faleceu no dia 15/08/1995. Tinha 25% de incapacidade. Residia em Santarém, deixa viúva a Sra. Lia Quitéria Luís Ferreira e órfãos dois filhos.



Paulo Jorge Costa Silva, sócio nº 13096, de 29 anos, faleceu no dia 07/08/1995. Tinha 15% de incapacidade. Residia em Felgueiras, deixa viúva a Sra. Elisabete Maria Leite Pereira e órfão um filho menor.



Jaime Carvalho de Almeida, sócio nº 4880, de 44 anos, faleceu no dia 30/08/1995. Tinha 58% de incapacidade. Residia em Coimbra, deixa viúva a Sra. Rosa Gouveia Batista.



Américo de Sousa Sobreira, sócio nº 10703, de 45 anos, faleceu no dia 09/06/1995. Tinha 31% de incapacidade. Residia em Alijó, deixa viúva Maria Dulce de Sousa Clemente Sobreira e órfã uma filha.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

A Solidariedade Mundial da ADFA

Numa Declaração Universal de Direitos

Desde há vários anos que a ADFA impulsiona, no seio da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra, a ideia da adopção internacional de uma carta de direitos que estabeleça princípios fundamentais a seguir pelos Governos em relação aos deficientes militares, em especial aos de guerra.

A solidariedade da ADFA com os vinte sete milhões de Antigos Combatentes (Deficientes) e Vítimas da Guerra de todo o mundo ganhou corpo na 6ª Conferência (adiante referida) e adquiriu consistência na última Assembleia Geral da FMAC.

A Cimeira Mundial Para o Desenvolvimento Social já lhe dedicou a sua atenção e Freitas do Amaral, agora Presidente da Assembleia Geral da ONU, aderiu à ideia com entusiasmo.

Espera-se que o Governo Português dê o contributo que lhe foi solicitado no sentido de agendar o tema nesta 50ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

O Papel da 6ª Conferência

Neste sentido a 6ª Conferência Internacional promovida pela ADFA em Março do ano passado, em Lisboa, constitui o marco decisivo para o lançamento e apoio mundial da ideia. A este propósito um dos delegados da ADFA, na apresentação dos trabalhos referiu o seguinte:

"...chamo ainda a vossa atenção para as sugestões e observações apresentadas por vários países e para a parte das conclusões, onde se realçam três aspectos:

* o da necessidade de criação de legislação de protecção para os deficientes resultantes da actuação das forças das Nações Unidas;

* e o desejo expresso de que aos "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra", amplamente reconhecidos internacionalmente, venha a ser conferida maior força jurídica ou moral.

Fica aqui, portanto, um solene apelo às associações e, em especial, aos representantes dos Governos para que os venham a submeter à aprovação das Nações Unidas, colmatando uma lacuna legislativa, notória, a nível internacional."

Dar Corpo à Ideia

Na sequência deste apelo a própria 6ª Conferência

sugeriu a revisão dos "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes (Deficientes) e Vítimas da Guerra", tarefa que foi levada a cabo na última Assembleia Geral da FMAC (Bordéus, Dezembro 1995), no sentido de introduzir nestes algumas correcções e incluir os deficientes das forças de manutenção da paz da ONU (Capacetes Azuis).

A ADFA Insiste

A Assembleia Geral referida aprovou também a resolução com o nº 7, submetida pela ADFA, onde se realçam precisamente os dois aspectos agora tratados com o Presidente da Assembleia Geral da ONU que nos garantiu todo o seu empenhamento, até entusiástico, no sentido da concretização destes anseios. É o seguinte o texto da resolução 7:

"Declaração Universal de Direitos

A 21ª Assembleia Geral,

1. Considerando as discussões e os resultados da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra sobre a actualização do documento da FMAC "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra";

2. Considerando que os Princípios Directores são

largamente difundidos e reconhecidos no mundo;

3. Lembrando que as Nações Unidas não têm qualquer serviço para a protecção específica dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra, não obstante estes últimos englobarem vários milhões de pessoas;

4. Pede insistentemente ao Bureau Executivo e às associações membros:

4.1. que trabalhem junto dos Governos e das Organizações Internacionais para que se crie um serviço para os Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra no seio das Nações Unidas;

4.2. que promovam iniciativas para que os "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra" sejam reconhecidos e adoptados pelas Nações Unidas como Declaração Universal dos Direitos dos Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra."

Cimeira Mundial

Na sequência destas liberações encetaram-se diversas diligências a nível da ONU, designadamente para sensibilizar as Nações para a matéria, tendo a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em Copenhaga, em Março de 1995, deliberado (compromisso 4º § G) que "favorecemos a protecção social e a completa integração na economia e na sociedade dos Antigos Combatentes, incluindo os antigos com-

batentes e vítimas da IIª Guerra Mundial e de outras guerras".

E, no Programa de Acção, assume-se a tomada "de medidas que visem a reinserção na vida económica e social das pessoas desmobilizadas e deslocadas devido a conflitos civis e catástrofes".

Um pedido ao Governo Português

Face a todo este trabalho a FMAC e a ADFA solicitaram ao Governo Português o agendamento da adopção daqueles Princípios Directores no ponto 107 da Ordem de Trabalhos da 50ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, dedicado ao desenvolvimento social, nele se incluindo os problemas dos idosos e deficientes.

Freitas do Amaral na ONU

O Professor Diogo Freitas do Amaral garantiu-nos o seu empenhamento e no discurso de posse, após a sua eleição, em 19 de Setembro, exaltando o desempenho das Nações Unidas, por ocasião do 50º aniversário cuja celebração coincide com a sua presidência, dedicou precisamente especial atenção à importância das Declarações Universais de Direitos na promoção da dignidade e da melhoria da qualidade de vida da pessoa humana.



Freitas do Amaral Recebe ADFA

A DN foi recebida a seu pedido, no passado dia 07 de Setembro, pelo Professor Diogo Freitas do Amaral, actual Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ADFA, em nome da FMAC, solicitou-lhe o agendamento da discussão dos "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes (Deficientes) e Vítimas da Guerra" na 50ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de forma a serem aprovados e adoptados pela ONU, bem como a criação de um serviço específico de deficientes da guerra nesta organização internacional. Os princípios directores, cuja versão final foi promovida na 6ª Conferência sobre Legislação da FMAC, realizada em Lisboa em Março de 1994, definem os direitos fundamentais dos deficientes militares de todo o mundo, incluindo os resultantes de missões de paz da ONU.

Portugal fica indelevelmente ligado a este processo de adopção dos direitos universais dos deficientes militares, já que a sua discussão é levada à ONU pela FMAC através da ADFA e do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Professor Freitas do Amaral, um português.



REHA[®]
INTERNATIONAL

Tudo o que torna mais fácil o dia a dia!



A REHA INTERNATIONAL, em Düsseldorf, é a maior feira do mundo que se dedica a toda a espécie de ajudas que facilitam o dia a dia dos deficientes, dos doentes crónicos e dos idosos. É o ponto de encontro nº 1 para os visitantes profissionais e para as pessoas a quem directamente diz respeito.

Mais de 550 expositores, oriundos de 20 países, darão uma visão sobre os meios auxiliares e sobre novos produtos para a reabilitação e para os cuidados. Ao mesmo tempo, o visitante encontrará uma mistura variada de informação prática e de diversão.

Num recinto de feira concebido a pensar nos deficientes, poderá informar-se no fórum e no congresso. Receba conselhos e informações das associações e das organizações e aprecie o centro desportivo, o

festival cultural europeu, EUCREA, e a apresentação especial do país parceiro, a Noruega.

Venha à REHA INTERNATIONAL. Para estabelecer ligações com especialistas e com companheiros.



Seja bem vindo em Düsseldorf!

25.-28.10.95

diariamente das 10 às 18 horas

Messe  Düsseldorf

Mais informações:
Walter & Cia., Lda., Largo de Andaluz, 15-3º
D1º4, 1050 LISBOA, tel.: 01-355 62 54,
fax: 01-3539311

Texto de Armino Roque
Fotos de Farinho Lopes



As comemorações do 20º Aniversário da "Luta", realizadas na Sede da ADFA, no dia 23 de Setembro, constituíram uma impressionante demonstração de pujança, vitalidade e solidariedade, que alguns pensavam desaparecidas nas névoas do tempo, mas que os cerca de 250 sócios, vindos de todos os recantos do país, se propuseram demonstrar estarem bem vivas na ADFA.

Não prosseguiram o objectivo de discutir o valor das pensões, nem de fazer revisões estatutárias ou de eleger órgãos, mas, apenas, o de comemorar o seu passado glorioso. Vieram quebrar os "complexos" que alguns sentiam envergonhando-se da sua história, manifestamente assumida, neste dia, com especial orgulho, pelos sócios e órgãos da ADFA. Vieram aqui buscar força para as batalhas que temos pela frente, pois, passados vinte anos, subsistem grandes injustiças a que urge pôr cobro.

As comemorações começaram de manhã com a concentração dos sócios na Sede, a partir da 10:00H, na sala de entrada, onde estava montada uma exposição e era exibido um vídeo com cenas da AGN de 20 de Setembro, da manifestação para Belém e da ocupação da Ponte.

Seguiu-se o almoço que foi uma excelente oportunidade de convívio. Alguns sócios trouxeram o "ELO" do ano passado, onde foi feito um historial de toda a "Luta" com o objectivo de lembrar aos associados esta efeméride.

Infelizmente, a empresa responsável pelo serviço de Restaurante não providenciou no sentido de levar à mesa as refeições aos camaradas em cadeiras de rodas e outros que tinham dificuldade de transportar o tabuleiro, pois, em vez de reforçar o pessoal de serviço que serve diariamente, diminuí-o. Espera-se que em convívios futuros seja exercida a vigilância necessária, para que estes lamentáveis comportamentos não se tornem a repetir.

Depois do almoço chegaram o Marechal Costa Gomes e Marques Júnior, que foram convidados por terem sido protagonistas na "Luta".

Costa Gomes fez questão em não se pronunciar e por essa razão não aceitou sentar-se na mesa, nem fazer qualquer intervenção, atitude que o presidente da Direcção Nacional afirmou que deveria ser respeitada. No entanto, enquanto visitava a exposição, Costa Gomes, fez algumas considerações e afirmou que se não fosse a "Luta" o dec-lei não teria sido assinado.

Os convidados subiram depois ao primeiro andar onde se realizou a sessão solene de comemoração da "Luta" de 20 Setembro de 1975.

Patuleia Mendes evocou a memória de alguns sócios já falecidos que tiveram um papel preponderante na "Luta" como foi o caso do Mesquita, do Amorim, do Fradique e do Ramalho Pires, após o que se fez um minuto de silêncio em sua honra. A 1ª intervenção coube ao presidente da MAGN que lembrou a enorme riqueza da história da ADFA, fundada 3 semanas após o 25 de Abril, que nessa época tínhamos "sangue na guerra", mas tínhamos também o peso das nossas deficiências. Por isso nessa AGN, realizada há 20 anos, dissemos "basta". Jorge Maurício lembrou o apoio que tivemos da população e também do Conselho da Revolução.

A terminar salientou que continuamos a ter necessidade de usar a palavra "Luta" pois há ainda muitos deficientes militares que vivem na miséria.

Finda esta intervenção falou o 1º Secretário da Direcção Nacional, responsável pela organização desta jornada, coadjuvado por um grupo de trabalho constituído por Victor Borges, Fernando Carvalho, Nuno Almeida, Farinho Lopes e Armino Roque.

Patuleia Mendes realçou o facto de o "20 de Setembro" ser a data em que pela 1ª vez os deficientes portugueses se "levantaram" e que isso é um marco histórico do movimento associativo de deficientes em Portugal.

A terminar realçou que a bandeira dos actuais Órgãos Sociais da ADFA é a luta

pelas reivindicações daqueles que há 20 anos não foram contemplados: os deficientes sem pensão, muito em especial os grandes deficientes; o problema dos nossos camaradas oriundos dos PALOP; e o das viúvas dos sócios falecidos que ficaram sem pensões.

MAIS DE 20 000 FICARAM DE FORA

Falou depois um dos elementos da Comissão de Luta, Victor Borges, que afirmou ter sido a sua composição totalmente partidária.

Da "Luta" recordou que a Direcção em exercício naquela época se desligou da mesma e só passado 1 dia é que se resolveu a apoiá-la.

Salientou o facto de a "Luta" ter sido pacífica, apesar de possuímos armas, apresentou como exemplo a ocupação da Emissora Nacional onde, depois de um rápido diálogo com o polícia que se encontrava à entrada, o mesmo nos escancarou as portas.

Frisou o facto de a Comissão de Luta estar permanentemente atenta a qualquer aproveitamento partidário, mas não conseguiu mesmo assim evitar que alguns elementos do jornal "República", tenham ido para a Ponte angariar fundos para esse jornal, que

que mais de 20 000 tinham ficado de fora.

DIREITO À REINTEGRAÇÃO

Um dos momentos mais altos desta jornada foi o discurso pronunciado pelo presidente da Direcção da Delegação de Coimbra. Esta Delegação foi uma das que mais se empenhou nas comemorações deste 20º aniversário, tendo organizado uma excursão que trouxe das terras do Mondego cerca de setenta associados, demonstrou desta forma que a capacidade de mobilização da ADFA está viva.

José Maia começou por afirmar que um associado ao saber que a ADFA iria comemorar os 20 anos da "Luta", pagou cerca de 40 contos de quotas em atraso.

Dada a importância deste discurso é o mesmo publicado na íntegra nestas páginas.

José Noronha, membro do Conselho Nacional, um homem da primeira linha durante a "Luta", começou por afirmar que já tinham dito quase tudo o que ele tinha para dizer e considerou esta comunhão de ideias como algo de muito significativo, pois provava que "sentimos de forma igual".

Lembrou que na altura da formação da ADFA a sua linha programática era o direito à reintegração na soci-

ADFA disse que não somos "carne para canhão" e que o Governo português não os trata com dignidade de quem lutou debaixo da bandeira portuguesa.

Disse depois que em Moçambique a nossa "Luta" foi ouvida, e que eles se organizaram, foram à Embaixada portuguesa mas não os receberam. Por isso ocuparam os jardins da residência do Embaixador e só dessa forma conseguiram falar com ele.

Criaram o núcleo da ADFA no Maputo, recentemente legalizado, de acordo com os novos Estatutos da ADFA.

Em Portugal, este associado, o único documento português que possui é o cartão da ADFA, denunciou por isso todos os obstáculos burocráticos que lhes são postos pelo Ministério da Administração Interna para a sua naturalização.

Falou também da situação em que se encontram no Hospital Militar Anexo, eles e os nossos associados que lá se encontram, alguns há cerca de trinta anos.

Referiu-se também ao racismo latente em alguns dos nossos associados, que disse compreender, mas que a maioria dos sócios da ADFA os recebem de braços abertos e salientou o caso de José Arruda.

Considerou que é uma

rido ter sido utilizado "como carne para canhão".

Falou depois José Monteiro, membro do Conselho Nacional e um dos mais conceituados juristas portugueses nesta matéria.

Fez uma brilhante e extensa análise da evolução em Portugal da legislação para deficientes de guerra, de que iremos nesta reportagem salientarmos apenas alguns dos aspectos mais relevantes.

Considerou que o legislador que revogou o Código dos Inválidos, em 1937, o fez de forma malévola, subrepticamente e alertou que de um momento para o outro isso pode tornar a acontecer conosco.

Referiu-se em seguida ao dec-lei 210/73, que teve poucos efeitos práticos, pois uma junta médica tinha "o desprante" de considerar um deficiente incapaz de trabalhar, mas com capacidade para angariar meios de subsistência.

Referiu-se finalmente à época posterior ao 25 de Abril e considerou que é uma situação inadmissível que não sejam todos considerados deficientes das Forças Armadas.

Afirmou que a ADFA tem de se reformular para enfrentar os enormes desafios que lhe colocam para resolver as grandes injustiças que ainda subsistem.

NADA SE FAZ SEM LUTA

Marques Júnior, durante a "Luta", foi o Conselheiro da Revolução encarregado de receber os Órgãos Centrais da ADFA quando estes se dirigiram a Belém para falar com o Presidente da República. É hoje deputado pelo PS e membro da Comissão Militar de Defesa da Assembleia da República.

Disse que a situação em que os deficientes se encontravam antes do 25 de Abril era de "arrepisar", que era uma vergonha para a instituição militar e para Portugal, se outro motivo não houvesse para nos congratularmos com o 25 de Abril, este, por si só, seria suficiente.

"Nada se faz sem luta", afirmou este Capitão de Abril, e que a coragem e a solidariedade que os DFA demonstraram, obrigou os Órgãos do Poder a reconhecerem direitos, que o deveriam ter sido, sem haver necessidade de sair para a rua.

Marques Júnior reconheceu que o dec-lei 43/76 foi apenas a resposta aos problemas mais emergentes dos DFA.

Afirmou que tinha o conhecimento teórico dos problemas dos DFA, mas que o conhecimento teórico só por si não chega, é preciso ouvir e sentir os casos reais e considerou sair dali "mais enriquecido".



nesse momento era dirigido por uma facção adepta de um partido.

Fez a descrição da forma como os Comandos da Amadora esperaram várias horas para desobstruírem a porta das traseiras do Palácio de S. Bento, aproveitando uma hora em que se encontravam no local muito poucos deficientes. Lembrou no entanto que já tinha sido prometido à Comissão de Luta pelo Primeiro Ministro, Pinheiro de Azevedo, que no dia seguinte o Decreto seria assinado, -o que de facto aconteceu mas, como todos se lembram, extremamente amputado, de tal forma que a própria Direcção considerou que a aprovação na generalidade tinha sido uma desaprovação uma vez

idade, o "Direito ao trabalho", o direito à Saúde e, por fim, o direito a uma reparação económica. Frisou que todas estas medidas foram sendo elaboradas e transformadas em projecto de lei em reuniões muito participadas e cheias de vivacidade.

A terminar afirmou que saímos à rua com total independência, sem cedermos a pressões exteriores, por isso o "20 de Setembro" é um marco extraordinário da ADFA.

OS NEGROS TAMBÉM SÃO GENTE

Em nome dos nossos camaradas oriundos de Moçambique falou Titos Cuna, que começou por afirmar que em 20 de Setembro a

indignidade serem tratados como mendigos em Portugal, país por quem juraram morrer e ao serviço de quem se deficientaram.

É UMA VERGONHA NÃO SEREM TODOS DFA

Alzira Monteiro, viúva do falecido Amorim, do Porto, que o acompanhou durante toda a "Luta", fez uma curta mas comvente intervenção, onde expressou a angústia em que vive, ela e uma sua filha que é estudante, em virtude da dor que lhe foi causada pela morte do seu marido agravada pelo facto de lhe terem cortado a pensão após a sua morte.

Terminou afirmando que não tem culpa de o seu ma-

...nunca se apagará

A terminar afirmou que devemos "continuar a lutar", pois o nosso problema "não é só nosso, ele afecta toda a sociedade em geral" e que nós somos uma "referência moral" e que por isso lhe merecemos toda a sua solidariedade".

REPOR A DIGNIDADE

António Calvino, mais conhecido pelo "Capitão Calvino", era na altura da "Luta" presidente da Mesa da Assembleia Geral e, nessa qualidade, juntamente com o vice-presidente da Direcção Central, Lavouras Lopes, entraram no Palácio de Belém para uma audiência com o Presidente da República, que não se concretizou. Foram recebidos pelo Conselheiro da Revolução, Marques Júnior, que lhes garantiu que o nosso problema seria discuti-

da luta, acabou por afirmar que seria bom que voltássemos para a rua novamente.

Mano Póvoas afirmou que qualquer luta dos DFA era sempre conotada como partidária e, a esse propósito, lembrou que os "camaradas do Porto" quando se deslocavam para Lisboa, para a AGN de 20 de Setembro de 1975, ficaram retidos em Rio Maior.

Lembrou que a luta dos DFA começou com a ADFA "Zero", em 1972, com um reduzido número de pessoas que tiveram a coragem de enviar um documento ao Congresso dos Combatentes, o que veio a contribuir para a saída do Dec-lei 210/73.

Considerou muito importante a aprovação do 43/76, mas o mesmo veio criar condições para a desmobilização, uma vez que surgiu uma

curso e da sua experiência na Guerra Colonial e acabou por concluir que foi para a guerra enganado.

O associado Vasconcelos sugeriu que sensibilizássemos os "Rambos" que se encontram preparados para intervirem em conflitos internacionais e que lhes lembrássemos que na guerra também se morre e se fica deficiente.

COMPLEXO DA LUTA

A última intervenção coube ao presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, que na época da "Luta" era vice-presidente da Direcção Central, mas que na prática desempenhava funções de presidente uma vez que Jorge Maurício se encontrava em tratamento no Hospital Militar de Hamburgo.

Depois dos agradecimentos protocolares, afirmou que foi precisa muita coragem para desencadear a "Luta". Disse depois que se criou na ADFA o "complexo da luta" e foram necessários 20 anos para o ultrapassarmos mas que hoje esse já não é um problema polémico entre nós.

É falsa a versão oficial que se tenta fazer passar, de que os DFA foram manipulados externamente, afirmou, e a comprová-lo estavam os testemunhos de muitos associados que tinham acabado de falar.

Apesar de ter apelado à desmobilização dos sócios, dos muros do Palácio de Belém, manifestou-se orgulhoso de ter pertencido àquela Direcção.

Dirigindo-se a Costa Go-

todos os deficientes portugueses.

Considerou que a "Luta" deixou a ADFA fragilizada, porque também houve excessos, no entanto afirmou que "assumimos a "Luta" e temos orgulho nela" e quem tem complexos é quem hoje dirige o país.

A solidariedade foi um dos mais altos valores que se manifestaram na "Luta" e é essa mesma solidariedade que temos que ter hoje para com os que estão depositados no HMP Anexo, alguns há mais de 30 anos; para com os nossos sócios oriundos dos PALOP; para com as viúvas dos nossos sócios que ficaram sem pensões; para com aqueles sócios que precisam de um Lar e não o têm, ou o têm muito degradado; para o que sofrem de "stress de guerra".

CANTOS DE SEREIA

Nesta altura do seu discurso presidente da Direcção Nacional afirmou que não nos deixaremos embalar por "cantos de sereia", e que a ADFA não se preocupa com as consequências políticas das nossas tomadas de posição, pois esse é um problema dos políticos. Assumiu uma posição de desafio para com o Poder, avisou que não se atrevam a negar verbas para fazer uma prótese que seja, nem a revogar o 43/76. Adiantou que temos direito aos benefícios do progresso para diminuir o mais possível o sofrimento que nos provocam as nossas deficiências.

Afirmou que estivemos na base da criação da Comis-



"Sinto um vazio aterrador"

Em 1975, era um jovem de 24 anos. Internado no HMP desde Janeiro de 1973. Não era ali que deveria estar. Talvez num escritório numa empresa, ou quem sabe, num relvado treinando integrado num plantel de um grupo de futebol profissional...

Perdoem-me o que poderá ser visto como imodéstia, mas seria bem possível. Aos 16 anos, campeão nacional de juvenis, chegando aos treinos de selecção nacional de juniores e no ano seguinte finalista do nacional de juniores, pela Associação Académica de Coimbra. Preparado e educado para atingir o mais cedo possível a independência financeira com o curso geral do comércio aos 17 anos, eis-me na lista dos voluntários à força para engrossar a longa fila dos carne para canhão. É com emoção que recordo o Setembro/ Outubro/75, uma época que me marcou profundamente. Vivía-se ainda a aurora do 25 de Abril. O País rejubilava com a liberdade, os jovens acordavam do pesadelo da guerra colonial. Era o fim dos mortos, dos feridos. Por outro lado, Setembro/75 foi o culminar da revolta contida durante tanto tempo, que exponetaneamente se soltou. No lugar das sebatas, das ferramentas, do arado e do conforto do lar; as espingardas, as granadas e o ódio.

Assim se salvaguardou a pátria, desta forma se fabricaram os deficientes. Indignados, os jovens militares vítimas da guerra colonial vieram para a rua. Impelidos pela mola da revolta, fizeram-se ouvir. O País conheceu a realidade, mas fez orelhas moucas. Inventaram-se mentiras contra os deficientes militares, publicaram-se boatos. A democracia tornava-se algoz das grandes vítimas do fascismo.

Mas Setembro/Outubro/75 não terminou. O Estado, a sociedade civil e a instituição militar continuam em muitos casos a viver na indiferença, embora muitas vezes encapotada.

Não somos prodígios da bola, não acelaramos na fórmula 1, não batemos recordes nas pistas. Demos ao país muito pouco. Braços, pernas, olhos, em muitos casos a própria vida. Quem se lembra desses? Mas que foi isto comparado com os sacrifícios dos que arduamente labutaram lá pelas Juventos, pelos Milões, pelos Barcelonas, pelos Benficas, etc.

Mais de vinte anos depois da guerra, milhares de casos por resolver, grandes deficientes sem qualquer estatuto jurídico que os defenda. Juntas médicas burocratizadas, desumanizadas, insensíveis. Falo por experiência própria. Em muitos casos, o deficiente sai da junta sem que a mesma saiba se falou com um branco, com um preto, com um louro ou com um moreno. A minha última JHI: Quanto recebe?... Que importância tem a deficiência. Obviamente não respondi. Normalmente Sr. Doutor nem mexo na pensão. A CGD está por mim autorizada a transferir a verba de imediato para Itália destinada a amortização de um investimento na compra de um Ferrari. Olhe que isto não é nenhuma brincadeira, falou o do lado. Fiquei a saber que tinha voz, olhos e ouvidos.

Participei activamente na luta. Na ponte 25 de Abril, na Emissora Nacional, no palácio de Belém. fui autor de alguns comunicados. Na emissora, devido ao cansaço desmaiei. Os cigarros, uns copos tragados pela sede da revolta, também ajudaram. Levado para o HMP, fui depositado num canto onde permaneci até acordar. Pouco tempo depois, ainda cambaleante, levantei-me, saí, tomei um táxi e fui outra vez para a emissora. Até hoje não tenho conhecimento que me tivessem procurado. Talvez tudo isto não tivesse passado de um sonho.

Sr. Marechal, Sr. coronel. Ao tempo havia o conselho de revolução. sopravam os novos ventos de democracia. Só pedíamos justiça. Ainda hoje sinto um vazio aterrador. O que se podia e deveria ter feito. Vª. Exas., estão aqui nesta casa e são bem vindos. Testemunham a vitalidade desta Associação que está viva e se recomenda. Este edifício, que não aceitamos como mausoléu de vivos, mas que seja um espaço onde se respire vida. Sobrevivemos e iremos continuar a ser incómodos, defendendo os nossos direitos. A ADFA é a nossa força, a razão a nossa bandeira.

Há 20 anos não fomos devidamente ouvidos. Hoje estão aqui. Obrigado por isso.

José Martins Maia sócio nº.244



Discurso de Marques Júnior

do na próxima reunião da-quele Órgão, o que de facto aconteceu.

Após esta promessa os dirigentes da ADFA apelaram aos manifestantes para dispersarem, o que, como é sabido, não foi aceite, tendo os sócios respondido: "Daqui ninguém arreda pé!"

Começou a sua alocução por se congratular com a comemoração do nosso passado "glorioso", que esteve escondido nas gavetas durante vinte anos.

Afirmou que se não fosse a nossa "Luta" as portas teriam continuado fechadas aos DFA.

Contou que, em conversa com o general Firmino Miguel, este lhe tinha dito referindo-se à nossa "Luta": vocês tiveram a capacidade de repor a dignidade da instituição militar" pois, o que se passava até aí, era uma verdadeira vergonha nacional.

Apelou para a solidariedade daqueles que foram contemplados com o 43/76, para com aqueles que não têm absolutamente nada.

Terminou a sua intervenção dando os parabéns aos homens que ousaram continuar a "Luta" depois de eles os ter convidado a irem para "casa".

A ADFA ZERO

Passou-se depois ao debate tendo começado por intervir o sócio Cabaço que, depois de lembrar alguns momentos mais interessantes

franja de DFA que viu os seus problemas resolvidos.

Disse a terminar ser necessário voltar novamente a avançar, que os que foram contemplados devem ser solidários para os que o não foram e que era bom que se voltasse a implementar o espírito associativo e o debate, a exemplo do que se fazia naquela época, onde no Porto, nas célebres reuniões de Sábado, se chegavam a concentrar cerca de 800 sócios.

Alguns sócios africanos intervieram dando um testemunho vivo das enormes dificuldades com que se debatem. Raciocoe Mari chegou mesmo a afirmar que na guerra se "morria rápido" e que aqui estão a "morrer lentamente".

Um associado das milícias da Guiné fez uma descrição da luta que travaram em 1983 e da forma como se tiveram de organizar para poderem ser recebidos pelas entidades governamentais.

Lopes Dias disse que a ADFA deve ser reforçada, que deve ser uma referência para as outras associações e que vamos continuar a lutar.

O presidente da Direcção da delegação de Faro congratulou-se com a presença de Costa Gomes e lamentou que isso não tivesse acontecido há mais tempo.

Belmiro Correia lembrou que no decorrer da "Luta" houve quem afirmasse que a ADFA se estava a preparar para fazer um golpe de Estado. Falou do seu próprio per-



mes, afirmou que nunca tinha havido um gesto do Presidente da República que nos mostrasse que a "Luta" não era por ele compreendida e que foi pela sua mão que foi assinado o dec-lei 43/76.

Os historiadores escrevem direito por linhas tortas, e transmitem a posição de que a "Luta" dos DFA apenas teve como objectivo criar problemas ao VI Governo Provisório, sem dedicarem uma palavra às nossas reivindicações. A este propósito Lavouras Lopes acrescentou que a Grande Guerra foi para nós uma lição da História, pois não aceitámos continuar a ser tratados de uma forma caritativa e que isso foi uma viragem histórica, não só para os DFA, mas também para

são Militar de Reabilitação e Assistência e do SNR, e que um foi extinto e o outro esvaziado de competência.

A terminar afirmou que o movimento associativo de deficientes, e mesmo a nossa associação, esmoreceram um pouco na sua actividade, mas que apesar de tudo a ADFA é uma das mais pujantes organizações da Europa, que é pela sua mão que irá subir, à Assembleia Geral das Nações Unidas, uma proposta da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, sobre a Declaração Universal de Deficientes de Guerra.

Rematou que temos mais dez anos para sermos um exemplo para o Futuro e que iremos sê-lo.

APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço para os apoiar na compra de viaturas para uso próprio, com Isenção de Impostos.

O Serviço funciona em articulação com uma empresa do Ramo Automóvel, permitindo à aquisição de viaturas de diversas marcas e modelos, desde que estejam enquadradas nos limites permitidos pela legislação em vigor.

Para utilizarem este serviço devem contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através dos Telef: 820403 820744.

CONSULTAS DE PRÓTESES NO HOSPITAL MILITAR DO PORTO

Informam-se os sócios que as consultas de próteses e ortoses no Hospital Militar Nº 1 do Porto, nos próximos 3 meses, efectuem-se nas seguintes datas:

OUTUBRO	11 E 25
NOVEMBRO	08 E 29
DEZEMBRO	13

As consultas realizam-se nas manhãs dos dias acima indicados, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar no respectivo serviço.

CONVÍVIO DE ASSOCIADOS EM PAREDES

Realizou-se no dia 19 de Agosto um jantar de confraternização, num restaurante de Sobrosa, em Paredes, que reuniu um grupo numeroso (cerca de meia centena) de associados e familiares residentes nos conselhos de Paredes e Paços de Ferreira.

Estiveram presentes os membros da Direcção da Delegação do Porto Abel Fortuna, Leonel Pereira, Gil Garcia e Carlos Correia, o Secretário da Mesa da Assembleia Geral da Delegação Venâncio Santos, assim como o Presidente do Conselho Fiscal da Delegação Augusto Santos e ainda Guilherme Carneiro que tem tido um papel dinamizador naquela área e que actualmente é membro do Conselho da Delegação.

FOTOGRAFIA

Este encontro decorreu em ambiente de convívio de camaradagem, tendo servido para fomentar laços de amizade entre todos os presentes, trocar opiniões e ideias sobre a vida associativa e os problemas que a todos nos afectam. Ao longo do jantar houve oportunidade de apontar para a necessidade de acções do género com vista ao fortalecimento da unidade e coesão entre os Órgãos Sociais e os associados.

De entre as reflexões avançadas foi unânime a manifestação de vontade para que no próximo ano encontro se realize no 3º fim de semana do mês de Maio, retomando-se uma tradição que foi interrompida por alguns anos e que agora os associados predentem reavivar.

DEBATE ASSOCIATIVO SOBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS

Na sequência do programa eleitoral apresentado aos associados, a Direcção da Delegação do Porto pretende recolher opiniões e sugestões quanto ao aproveitamento do Edifício "Pré-Fabricado" e antigas garagens, espaços actualmente desactivados com a transferência, já há alguns anos, do C.O.M.O. para V.N.Gaia.

A Direcção, após ter estudado a situação, propõe para aquelas áreas a criação dos seguintes serviços:

GINÁSIO DE MANUTENÇÃO ACTIVIDADE FÍSICA ADAPTADA

Ambito: 1 - Propocionar aos amputados e paraplégicos programas de actividade fisica adaptada em articulação com o C.R.P.G.

2 - Sessões de ginástica de manutenção para associados, familiares e amigos. 3 - Criação de apoio médico aos associados.

Nota: O espaço onde se irão efectuar as sessões de ginástica será polivalente de modo a permitir a sua utilização como auditório.

CENTRO DE CONVÍVIO ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO DAS ANTIGAS GARAGENS

Ambito: 1 - Criação de uma zona composta por Bar e Sala de estar.

2 - Salão de jogos.

OBJECTIVOS DOS PROJECTOS:

a) Possibilitar aos associados condições para a prática de actividade física e convívio para uma melhor reabilitação e reintegração social.

b) Possibilitar a participação dos associados na vida associativa para além do horário normal de funcionamento dos serviços.

REUNIÃO PARA ANÁLISE E CONCLUSÃO DAS PROPOSTAS

**Dia 7 de Outubro (1º Sábado de mês)
às 15H00 na ADFa — Porto**

*"Comparece e participa
dando a tua opinião"*

OBRAS NA DELEGAÇÃO DO PORTO

A Direcção da Delegação do Porto indo ao encontro de uma das preocupações apresentadas aos associados aquando do debate eleitoral, deu inicio a um plano de obras nas instalações, o qual visa proporcionar condições na prestação de serviços aos associados.

As obras iniciam-se com a total remodelação no serviço de atendimento como já se pode verificar.

Se ainda, não passou pela Delegação, aconselhamos que o faça, verificando pessoalmente o esforço que está a ser feito, para lhe proporcionarmos, mais dignidade e melhor acolhimento na casa que é de todos nós.

INSCRIÇÕES PARA A ESCOLA DE TÊNIS

Às Segundas, Quartas e Sextas, das 15 às 17horas, a partir de Outubro, vai funcionar no Campo de Jogos da Delegação do Porto uma "Escola de Ténis" para crianças dos seis aos quatorze anos.

Os filhos e netos dos associados poderão fazer as inscrições para esta Escola, pessoal ou telefonicamente, na Delegação.

SERVIÇO DE ADVOGADO

A Direcção da Delegação do Porto está a estudar um acordo com um advogado, para os sócios e familiares que pretendam utilizar os seus serviços, beneficiando de preços mais acessíveis.

VACINAÇÃO PARA IMUNIZAÇÃO CONTRA A GRIPE

O Laboratório Militar da Sucursal do Porto da Manutenção Militar está a implementar uma campanha de vacinação para a imunização activa contra a gripe causada pelo vírus Influenza.

Os utentes da ADME'S, com idades superiores a 40 anos, em qualquer situação, activo, reserva ou reforma desde que se desloquem pessoalmente à Sucursal do Porto com uma receita médica válida para a vacina "Fluvirin" e os cartões de assistência actualizados, podem proceder ao levantamento das vacinas, sem qualquer dispêndio.

REUNIÃO DE ASSOCIADOS EM CHAVES

Realizou-se no Domingo, dia 17 de Setembro, no Salão dos Bombeiros Voluntários Flavienses, gentilmente cedido por aquela associação, uma reunião.

Compareceram quatorze associados e muitos dos quais acompanhados das respectivas esposas os quais participaram activamente na reunião, manifestando uma grande vontade para que o Núcleo da ADFa daquela cidade, volte a ser instalado.

Deste encontro, ressaltou a necessidade de outras futuras reuniões, tendo sido marcada para o dia 17 de Dezembro um almoço com associados e familiares precedido de uma reunião de trabalho.

Os associados da Região do alto Tâmega podem contar com o empenhamento da Delegação, na procura de um estreitar dos laços associativos que nos unem.

GOVERNO CIVIL DO PORTO E JUNTA DE FREGUESIA DE CEDOFEITA RECEBEM ORGÃOS SOCIAIS DA DELEGAÇÃO

O Governador Civil do Porto recebeu no passado dia 06 de Setembro, uma representação dos Órgãos Sociais da Delegação que lhe foram apresentar cumprimentos e dar a conhecer as actividades e os objectivos da nossa Associação.

Aquela Entidade manifestou grande apreço pela obra já desenvolvida pela nossa Associação e disponibilizou um donativo para minorar as nossas carências.

Também o Presidente da Junta de Freguesia de Cedofeita recebeu a Direcção da Delegação do Porto no dia 11 de Setembro a quem, igualmente apresentamos cumprimentos e sensibilizou para que intervenha no sentido da eliminação das muitas barreiras arquitectónicas existentes nas mediações das nossas instalações.

REUNIÕES COM ASSOCIADOS A REALIZAR EM OUTUBRO E NOVEMBRO

A Delegação do Porto vai realizar durante os próximos meses de Outubro e novembro as seguintes reuniões com associados:

Dia 07 Out	15.00 - na Delegação do Porto;
Dia 14 Out	10.30 - em Arouca, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
Dia 14 Out	15.00 - em Ponte da Barca, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
Dia 14 Out	15.00 - em Santa Maria da Feira, na Junta de Freguesia de Feira;
Dia 14 Out	10.00 - em Valença, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
Dia 20 Out	21.30 - em Vila do Conde, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
Dia 21 Out	15.00 - em Vila Real, nos Bombeiros Voluntários de V. Real;
Dia 21 Out	10.30 - em Cabeceiras de Basto, nos Salões dos B. Voluntário C. Bastolo;
Dia 28 Out	15.00 - em Viana do Castelo, no Sindicato dos Metalurgicos de Viana;
Dia 28 Out	15.00 - em Santo Tirso, no Salão dos Bombeiros Voluntários;
Dia 04 Nov	15.00 - na Delegação do Porto;
Dia 11 Nov	15.00 - em Valongo, na Escola Secundaria de Valongo.

Nestas reuniões serão prestadas informações debatidos os principais assuntos em agenda, assim como haverá a oportunidade de recolher as sugestões e críticas dos associados.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1994

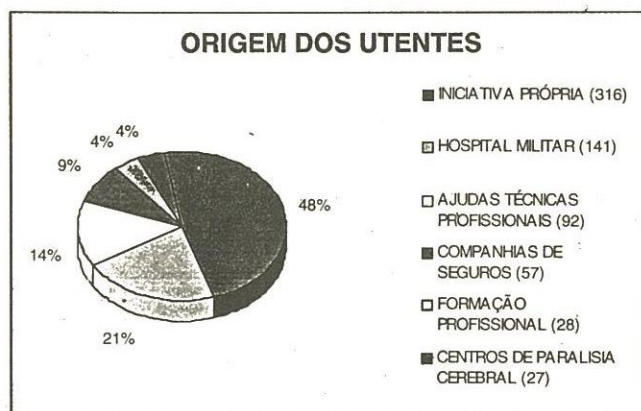
Como já havia sido mencionado no número anterior, continua-se neste número a apresentação do Relatório de Actividades do CRPG, referente a 1994

1.3 - Unidade de Eng^a da Reabilitação

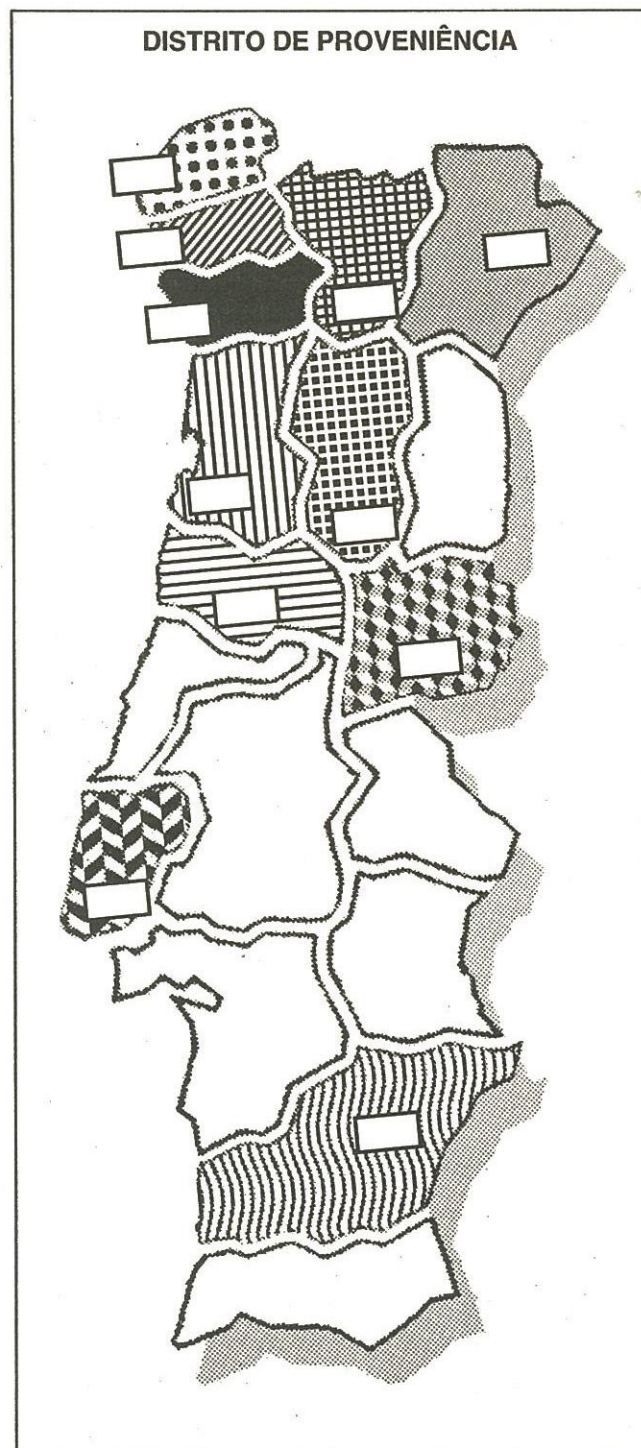
Durante o ano de 1994 iniciaram processo de intervenção 661 utentes (aumento de 19,4% em relação a 1993), assim caracterizados:

- sexo masculino (78%)
- idade superior a 25 anos (82%)
- deficiência motora (87%);

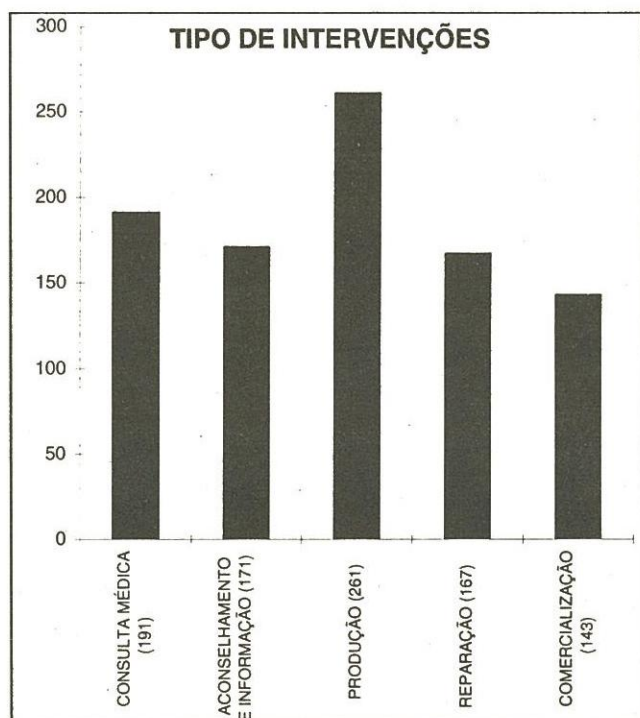
e, embora os utentes individuais, encaminhados pelos Centros Regionais da Segurança Social, atinjam quase os 50%, outras instituições nos procuraram:



sendo a seguinte a distribuição geográfica:



Das intervenções da Unidade, aquela que teve um crescimento mais acentuado foi a consultadoria (66,9%) que inclui as consultas médicas e todo o trabalho desenvolvido pelo Centro de Informação e Aconselhamento de Ajudas Técnicas - Rede HANDYNET.



O trabalho de produção e reparação de ajudas técnicas, assim como os novos produtos e materiais introduzidos foi desenvolvido num número anterior deste jornal (ELO, Abril 1995).

1.4 - Unidade de Gestão Administrativa e Financeira

Continuou-se o esforço de informatização dos serviços, tendo-se implementado a gestão informatizada da tesouraria e do armazém.

2 - PROJECTOS

2.1 - Programa HORIZON

Os projectos desenvolvidos no âmbito deste programa encontram-se na fase final.

2.1.1 - Criação de uma Unidade de Avaliação / Orientação

Definiu-se e estabilizou-se o modelo e a metodologia da Avaliação/Orientação. A implementação do modelo foi feita através de diversos instrumentos:

- guia do utente
- grelha individual de Avaliação
- guião de utilização da grelha
- bateria de provas f'sico-funcionais para a avaliação das competências
- guião da Unidade
- adaptação de um glossário terminológico de avaliação/orientação à realidade portuguesa
- projecto para informatização da Unidade.

Os profissionais participaram em várias conferências e cursos, no âmbito da Formação dos Profissionais.

Adquiriram-se vários recursos indispensáveis ao desenvolvimento e fundamentação de todo o projecto, e dos vários contactos internacionais para recolha

de informações sobre instrumentos de Avaliação e definição de material didáctico a utilizar pela Unidade, foram concebidos pareceres técnicos sobre a utilidade e validade desses dispositivos, técnicas e métodos de avaliação /orientação.

2.1.2 - Criação de uma Unidade de Engenharia da Formação

Novos ajustamentos foram produzidos no modelo de formação e inserção profissional e na metodologia de formação.

No âmbito do estudo do mercado de trabalho manteve-se actualizado o observatório de emprego e analisaram-se os requisitos constantes na Bolsa de Emprego do Jornal de Notícias. A Metodologia de Análise de Trabalho do CRPG foi definida e construiu-se a "Grelha de Análise do Posto de Trabalho".

Ao longo do ano continuou a produção dos programas e materiais de formação, encontrando-se concluídos os "Dossiers de Formação" de todas as áreas e a maior parte dos módulos de formação, suporte pedagógico das acções de formação decorrentes no Centro.

2.1.3 - Criação de uma Unidade de Eng^a de Reabilitação

O trabalho para concretizar as propostas do projecto, desenvolveu-se durante 1994, intensificando-se os contactos com instituições nacionais e internacionais, as reuniões internas e a investigação e adaptação de postos de trabalho.

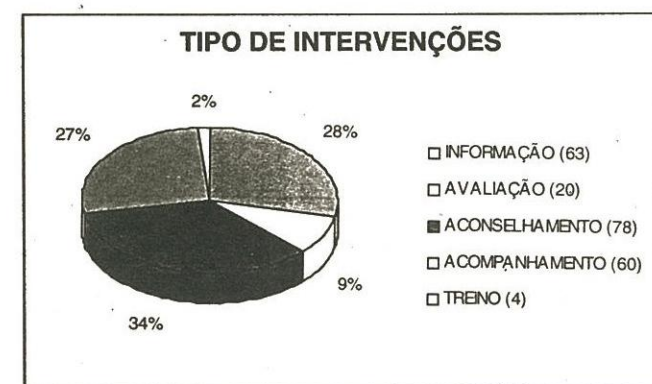
A Unidade apresentou o projecto na "1ª Conferência sobre Soluções Técnicas para Pessoas com Deficiência".

2.1.4 - Centro de Informação e Aconselhamento HANDYNET

Foram implementadas algumas estratégias caracterizadoras do desenvolvimento do CEDIAT - Centro de Informação e Aconselhamento sobre Ajudas Técnicas:

- envio de mailing para produtores e distribuidores de ajudas técnicas
- contactos com fornecedores de equipamento/ajudas técnicas, com a finalidade de manter no Centro uma exposição de materiais (por ex^o cadeiras de rodas) para serem experimentados pelos seus potenciais utilizadores
- promoção do CEDIAT através do envio de correspondência, feiras e visitas
- participação em Acções de Formação organizadas pelo Centro Nacional de Coordenação HANDYNET
- actualização cont'nua dos técnicos envolvidos no sistema HANDYNET.

Como resultado das estratégias utilizadas registou-se um aumento no total de atendimentos da Rede HANDYNET de 70%. O total de intervenções foi de 225, assim distribuídos:



Stress de guerra

Quando comecei os meus escritos, com fim de serem publicados no nosso Jornal, temi que o tema, por vezes escolhido, não fosse do meu próprio agrado, bem assim como dos leitores, mas que de facto, com viver dos problemas do dia-a-dia, sente-se uma necessidade enorme em falar, não para mexer no passado, mas sim, com simplicidade, contribuir com o meu testemunho para que a História de Portugal se mencionem temas como "A Guerra de África", e as sequelas nos ex-combatentes.

Nos meus poucos dias livres, em Agosto, repouso á beiramar, vivi momentos terríveis ao ver o mar, ao recordar a minha ida para a guerra em África, designada para uns de "guerra colonial", para outros "campanhas ultramarinas", ou "guerra em África", etc., os traumas, o stress, os problemas, os distúrbios provocados nos ex-combatentes, são de tal ordem que se fica boquiaberto a perguntar para nós próprios, como é possível tanta dor, tanto sofrimento, tanta raiva, e ao mesmo tempo tanto amor, que, vendo bem, se transforma em tantos e tantos problemas

causados por nós próprios, combatentes, sem responder porquê? e quem acaba por pagar são aqueles que mais amamos, e que considero de mais sagrado, "a família", que não sabem, não entendem o que é realmente viver aquelas recordações, os pesadelos provocados pela guerra, que tanto podem levar ao isolamento total, como provocar distúrbios graves que levam o Ser Humano combatente a uma autêntica loucura, destroçando completamente o lar, fazendo sofrer a mulher, os filhos, tudo á sua volta quanto os rodeia, não havendo nada que ponha fim a toda esta revolta, estes distúrbios, que segundo dados estatísticos, afectam cerca de 140.000 combatentes, de 1 milhão que passaram pelas guerras coloniais!... O stress de guerra mata!

Nas estatísticas, a doença existe e está comprovada por cientistas credenciados com provas dadas no mundo da medicina. Porquê, não o seu reconhecimento por parte da Nação! a estes homens "heróis nacionais" que combateram nas frentes de batalha, nas guerras coloniais em África e regressaram completamente destroçados e que hoje muitos são autênticos farrapos humanos?

Os dados da guerra dizem-nos muitas coisas, as histórias também são muitas e verdadeiras, quem nelas participou, em colunas militares; em pleno teatro de guerra, em contacto directo com o inimigo emboscado, viu tombar o seu camarada, combatente na guerra de guerrilha, matou, viu matar, socorreu os irmãos feridos na guerra, pô-los a coberto, continuou a combater na frente de batalha com a coragem dos heróis naquelas imensas

matas, no meio do capim, uma autêntica selva como são as florestas Africanas no meio de pântanos, onde existe todo o tipo de bicharada e o perigo está sempre á espreita, os combatentes são aquilo que se pode chamar no meio de todos estes perigos os verdadeiros heróis nacionais, filhos da Pátria, que honram e dignificam o seu País, prestam homenagem á bandeira nacional como esta o merece, combatendo fortemente com desprezo pela própria vida, derramando o seu sangue pela Pátria, o combatente sofreu, ficou deficiente e sofre na carne os horrores da guerra, está e continuará a estar traumatizado para toda a vida, vivendo em completo stress, sempre sobressaltado, com medo de tudo, que tanto o pode levar ao isolamento, á destruição total, á completa loucura, tudo é imprevisível. (as feridas da guerra nunca vão cicatrizar).

Como combatente, Deficiente das Forças Armadas, alerta para o problema da doença, que com o passar dos anos se veio a agravar, e nós próprios temos necessidade de apoio médico nos Hospitais Militares, nos nossos locais de residência e os médicos não estão sensibilizados para tratar esta doença, que dizem moderna, e nos leva á completa loucura.

Queremos e temos direito a ser tratados com dignidade, conforme o fizemos aquando da chamada no cumprimento dos deveres e funções em defesa da nossa querida Pátria.

João Gonçalves, sócio n.º 684

ECART 3 O Futuro Hoje

Com o objectivo de estimular o desenvolvimento de dispositivos que, de certa forma, compensem a deficiência ou lhe atenuem as consequências e permitam o exercício das actividades consideradas normais, realizar-se-á a Conferência Europeia Sobre Desenvolvimento das Tecnologias de Reabilitação (ECART 3), conferência bienal, que terá a sua terceira edição em Lisboa, no Grande Auditório da Caixa Geral de Depósitos, de 10 a 13 de Outubro.

A ECART 3 contará com a participação de cerca de 450 especialistas, cientistas e investigadores de todo o mundo.

Esta conferência subordinada ao tema "Tecnologias de apoio um caminho para a vida independente" é organizada pela Fundação ECART, SNR, Universidade Técnica de Lisboa e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Ecran Táctil Linhas Brailles Electrónicas

O CombiBraille 45 é o produto mais flexível das novas linhas Braille da Tieman, por causa da sua combinação equilibrada entre Braille e voz.

Usando os suportes de teclado, incluídos, o CB45 pode ser utilizado também com um computador de mesa. Cinco células Braille de status, fornecendo informações como a posição da linha Braille no écran do computador, a posição do cursor, o modo activo, etc, precedem as 40 células de dados, estando distintamente separadas.

O CB45 tem uma tecla de redireccionamento do cursor por cima de cada célula braille, permitindo mover o cursor directamente. O sintetizador de voz incorporado contém quatro linguagens diferentes. O software CombiBraille controla tanto a linha Braille como o sintetizador de voz. O CB45 pode ser ligado ao computador via interface série ou paralelo.

O software é de fácil utilização através de um menu online.

Este produto é comercializado pela Electro Sertec (01) 8595812

Roteiro de um turismo para todos

A Associação Portuguesa de Turismo para Todos (APPTO) fez a apresentação pública do Roteiro de um Turismo para todos, "Lisboa e os Descobrimentos", no Centro Cultural de Belém, no dia 26 de Setembro, em cerimónia presidida pelo Secretário de Estado do Turismo, onde esteve também presente o Secretário Nacional de Reabilitação.

A ADFA fez-se representar pelo relator do Conselho Fiscal Nacional.

Este Roteiro que descreve 7 itinerários a monumentos da época dos "Descobrimentos" na cidade de Lisboa. Pode ser consultado no GEDA.

OFERTAS / Sócios

EMPREGO

- Para todo o serviço administrativo
- Trabalhos de processamento de texto

Disponibilidade aos fins de semana

Telefs. 7570422(ext.225)

4325835(c/gravador)

- Para motorista

(regime liberal ou outro)

Zona: Entroncamento, Santarém e Tomar

António Gaspar, telef. 049 718826

VENDE-SE

Casa

Praceta da Castelhana Lote 22, C/V-B
Alto da Castelhana 2750 Cascais
(Adaptada p/deficiente c/cadeira)

contactar: D. Laurinda

SANTO
ANTÓNIO
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO, LDA.

- Restaurantes
- Quartos c/WC, TV, Telef., Som
- Parque de estacionamento
- Garagem
- Condições

especiais para sócios da ADFA

Rua de S. José, 10

Cova da Iria — 2495 Fátima

Telef. 049 533637/533641 — Fax. 533634

"PORTÕES"

para
abrir

não se canse

Automatiza-se
com comando
à distância

Orçamento
grátis

Tel. 0931241310

Aires Abrantes

e Alberto Caetano

Seguros em todos os ramos
- ao serviço dos deficientes -

Rua Fonte do Bispo, Edifício União
1.º Piso J — 3030 Coimbra
Telef. Escritório 723271
Telemóvel 0931246596

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
CORSA		
SWING 1.2 3P	1.368.515.00	2.041.176.00
SWING 1.4 3P	1.630.011.00	2.612.176.00
SWING 1.4 5P	1.686.421.00	2.678.176.00
SWING 1.5 D 3P	1.687.731.00	2.841.175.00
GLS 1.5 5P TD	2.232.176.00	3.478.302.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.330.973.00	3.432.302.00
1.7 GL 4P DTL	2.224.390.00	3.957.176.00
1.7 TD GLS 4P TD	2.778.171.00	4.572.176.00
CAR 1.7 DT	2.941.419.00	3.763.177.00
CAR CLUB 1.7 TD	2.891.946.00	4.705.293.00
CAR CLUBE 1.4	2.451.663.00	3.573.509.00
VECTRA		
GLS 1.7 TD 4/5P	3.208.940.00	5.076.176.00
CDX 1.7 DT 4/5P	3.586.718.00	5.518.176.00
TIGRA		
1.4 BASE	2.018.900.00	3.067.176.00
1.6	2.472.999.00	4.008.176.00

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO GL 1.3 2P	1.692.116.00	2.474.961.00
POLO FOX 1.05 2P	1.555.491.00	1.095.769.00
GOLF CL 1.4 2P	1.809.775.00	2.767.586.00
GOLF CL D 4P	1.963.190.00	4.290.852.00
GOLF GL TDI 4P	2.545.659.00	4.972.341.00
GOLF GL TDI+	2.879.730.00	5.363.201.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.255.176.00	3.288.705.00
GOLF VARIANT CLD	2.203.018.00	4.571.452.00
GOLF VARIANT GL TD	2.651.747.00	5.096.464.00
VENTO 1.4	2.013.897.00	3.006.409.00
VENTO CL D	2.108.765.00	4.461.163.00
VENTO GL TD	2.514.027.00	4.936.384.00
VENTO GL TDI+	2.000.445.00	5.504.441.00
PASSAT CL TDI	2.911.347.00	5.400.196.00
PASSAT GL TDI	3.518.820.00	6.110.039.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.164.009.00	5.695.810.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.765.286.00	6.399.304.00
AUDI A4 1.9 TDI+	4.056.479.00	6.740.000.00
AUDI A4 1.9 TDI+EC	4.261.648.00	6.980.048.00
AUDI A6 1.9 TDI	5.047.544.00	7.899.546.00

Os sócios da ADFA podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas versões 1900 TDI.

Os sócios interessados em Opel, VW e AUDI, podem contactar o sr. Alberto Pinto para o telef. n.º 8595016 após as 20H00.

Outras informações: ADFA na hora de expediente: telef. n.º 7570502; 7570583; 7570702.

Deficientes em Serviço

Como sócio da ADFA e, por isso, leitor assíduo do "ELO", há muito que desejava enviar esta carta, não o tendo feito até hoje receando que não fosse esta a maneira mais correcta. Resolvi hoje fazê-lo. Aproveitando a entrada da nova direcção e acreditando, fazer-me entender, e estando do mesmo lado, não será difícil, pedir ainda, embora o não faça da melhor maneira, que a minha carta seja publicada.

Junho de 1. Grave acidente com uma viatura militar, resultado: Um morto e alguns feridos, entre os quais um estado grave - eu. Quase de imediato fui evacuado para o Hospital Militar, onde permaneci quinze dias em coma profundo, com traumatismo craniano.

Felizmente sobrevivi, mas só cinco meses depois pude voltar à vida "normal".

Como a minha companhia tinha já partido para a Guiné, uns dias depois do acidente fui informado que acabaria o serviço militar no continente, mas três meses depois foi-me dito que teria ainda que partir para a Guiné (sem poder de réplica). Aí sim começa a manifestar-se a hipocrisia do Estado em que vivíamos e que nos obrigava a dizer que sim a tudo, ou quase tudo, pois tive que dizer que sim quando, logo após a minha chegada a Buba, comecei a ter convulsões que acabavam em internamento, e me diziam que era paludismo. E assim passa-

ram dois anos sem que ninguém tivesse a coragem para dizer a verdade sobre o meu estado de saúde. Porquê?

Porque nos faziam acreditar que todos éramos poucos para defender a Pátria.

De regresso a casa, e como as convulsões continuassem, a minha vida não mais voltou ao que era, uma vez que a doença se foi agravando com o tempo, necessitando várias vezes de internamento quer no hospital civil quer no H.M.. É então que me é diagnosticada Epilepsia, derivada do tal acidente. Foi-me atribuída, por uma junta militar, uma incapacidade de 60% em serviço. É a partir daqui que começa a minha desilusão e revolta que me levam a perguntar, onde está (20 anos depois do 25 de Abril) a igualdade por nós tão desejada e por tantos proclamada, quando na realidade, nada ou pouco fazem, para que essa igualdade exista? Como pode a ADFA, admitir que haja Deficientes de 1ª e de 2ª? será que estando na Guiné, em Angola ou qualquer outra província ultramarina ou estando no Continente, não éramos todos defensores do mesmo País? Da mesma causa? Se assim era não seria mais justo que fossemos todos Deficientes com maior ou menor grau de incapacidade, e deixasse de haver Deficientes em serviço e em campanha? Será que não vêem que ao existir esta diferença contribuem para a desunião da Associação (para conforto daqueles que nos preferem silenciosos)? E digo isto, porque ouço muitos que estando na mesma situação, se sentem desmotivados para participar nalgumas iniciativas da nossa Associação.

E é pena porque todos seríamos mais fortes. Mais fortes para lembrarmos àqueles que nos empurraram para uma guerra

que era a deles e não a nossa, que mesmo Deficientes continuamos vivos. E se foi pelo estado que ficamos sem saúde (que já ninguém nos devolve) que seja também o Estado a proporcionar-nos uma vida mais digna e de alguma maneira minimizar a dor e revolta ao comparar o que fomos o que a guerra fez de nós. Não quero com este meu desabafo culpar ninguém, mas somente abanar a consciência de alguns que algum tempo atrás foram responsáveis por uma guerra, que na maioria das vezes, mais não era do que a defesa dos seus próprios interesses, e ao fazê-lo transformavam-nos em peças de um jogo de onde só eles saíam vencedores.

Termino desejando as maiores felicidades à nova direcção, na difícil tarefa de fazer mais e melhor pela defesa de todos os Deficientes, para que, todos juntos, possamos contribuir para que a nossa Associação seja cada vez mais unida, mais coesa e mais forte.

Fernando Humberto Real Grafia Afonso sócio nº.5660

A Direcção Nacional atenta aos trabalhos que têm sido desenvolvidos e tendo interiorizado a legítima preocupação de tantos associados, como a que este manifesta, está a promover contactos para que seja aprovado, com força de lei, um estatuto que, embora com especificações, considere DFA todo aquele que adquirir deficiências na prestação do serviço militar.

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO	P.BASE	P. V. P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA	P.BASE	P. V. P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00
TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00

RENAULT EXPRESS	P.BASE	P. V. P.
EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

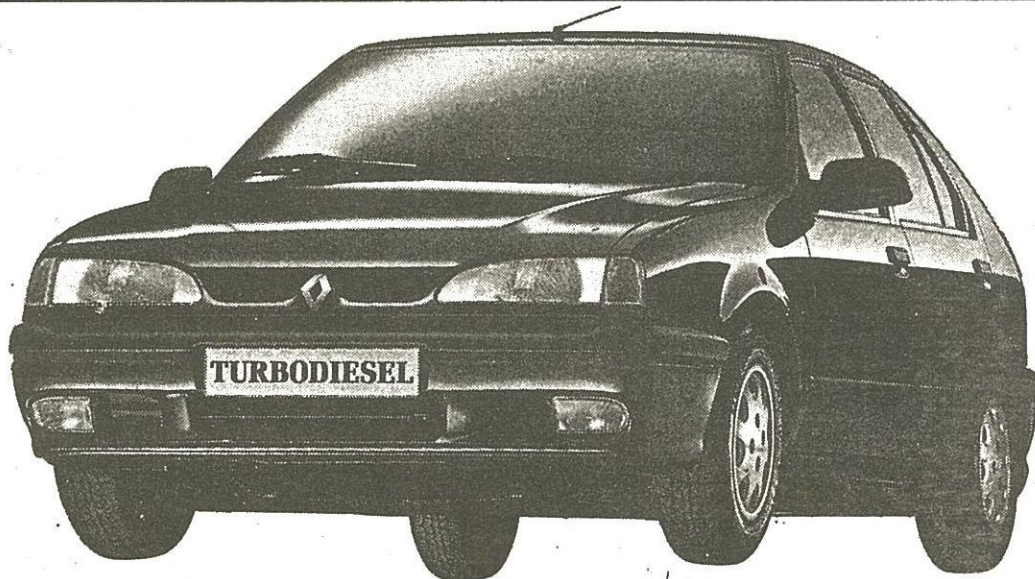
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo
económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento
que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico,
volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos
e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir
ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Sucursal

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



RENAULT

Reunião de Sócios Sede Nacional

13 de Outubro, 20:30 horas

CONVOCATÓRIA

A direcção Nacional convida todos os associados a estar presentes numa reunião que se realizará no próximo dia 13 de Outubro, sexta-feira, pelas 20:30 horas a qual terá lugar na Sede Nacional, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações gerais sobre as actividades desenvolvidas pelos Órgãos Sociais até ao presente momento.
- 2 - Debate dos assuntos que têm vindo a ser tratados com as entidades oficiais.

Lisboa, 21 de Setembro de 1995

A Direcção Nacional

Plenário de associados Núcleo de Tomar

CONVOCATÓRIA

1 - Nos termos dos artigos 57º, 58º e 66º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados efectivos da área do Núcleo de Tomar, para a eleição da direcção do Núcleo para o triénio 95/97, a realizar-se nas instalações da Liga dos Combatentes, em Tomar, no dia 11 de Novembro de 1995, pelas 15.00 horas.

2 - Para efeitos desta eleição, informa-se que as listas dos candidatos e os respectivos programas deverão ser enviadas à MAGN até ao dia 20 de Outubro de 1995.

ADFA, 19 de Setembro de 1995

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Plenário de associados Núcleo de Aveiras-de-Cima

Concelho de Alenquer, Azambuja e Cartaxo

CONVOCATÓRIA

1 - Nos termos dos artigos 57º, 58º e 66º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados efectivos da área do Núcleo de Aveiras-de-Cima, para a eleição da direcção do Núcleo para o triénio 95/97, a realizar-se no Mercado Diário - Sala 6 -, em Aveiras de Cima, no dia 4 de Novembro de 1995, pelas 20.00 horas.

2 - Para efeitos desta eleição, informa-se que as listas dos candidatos e os respectivos programas deverão ser enviados à MAGN, até ao dia 20 de Outubro de 1995.

ADFA, 19 de Setembro de 1995

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Carta aberta aos associados da Delegação de Évora

Nas últimas eleições realizadas na ADFA para os Órgãos Sociais Nacionais e Locais, em Junho passado, verificamos que a afluência às urnas em Évora foi muito baixa, inferior à constatada e em pequenos Núcleos espalhados pelo país.

Os Órgãos Sociais Nacionais interrogam-se acerca do significado do sucedido em Évora, uma vez que, só na própria cidade habitam cerca de 70 (setenta) associados.

Que se passa em Évora?

Porque estão os sócios desmotivados para a participação associativa?

As dificuldades para a formação da lista eleita foi ao ponto de os propositores, não conseguirem motivar os associados para a formação do Conselho de Delegação.

Este foi o *único* caso verificado em todo o país e na situação actual, Évora não tem assento no Conselho Nacional, para que aí possa defender os vossos interesses locais.

Será que os associados alentejanos estão a sugerir ao Conselho Nacional da ADFA que encerre temporariamente ou definitivamente a sua Delegação?

Será que para evitar esta situação a zona da Delegação de Évora não tem 07 associados efectivos e 03 suplentes para constituírem uma lista autónoma para o Conselho da Delegação?

Por estas e outras razões os Órgãos Sociais Nacionais estarão presentes numa reunião de associados que irá ser convocada pela Direcção da Delegação.

Cumpre-nos lembrar todos os associados alentejanos que a defesa dos direitos adquiridos e o direito a uma vida digna está nas mãos da nossa Associação, que só terá força se todos nela participarem.

Jorge Maurício
Catarino Salgado

Delegação de Évora Reunião de sócios

23 de Outubro - 18:00 horas

Para debate das ideias e situações referenciadas na "carta aberta" acima transcrita, e busca de soluções para o futuro da Delegação, convidam-se todos os associados para uma reunião a ter lugar na respectiva sede, Rua dos Penedos 10 - C, pelas 18:00 horas do próximo dia 23 de Outubro, 2ª feira.

A Direcção da Delegação

Núcleo de Peniche Novas Instalações



Na manhã do dia 29 de Julho, reuniram nas instalações da Câmara Municipal de Peniche, um significativo número de associados residentes na área do núcleo da ADFA sediada naquela localidade, com elementos da Direcção Nacional.

Foram prestadas algumas informações, designadamente de carácter legislativo, consideradas de maior prioridade reivindicativa, tendo-se discutido medidas tendentes à implementação das actividades locais, assentes na participação dos associados e viradas essencialmente para eles.

Falou-se das instalações que, em condições aceitáveis, foram arrendadas ao IGAPHE, as quais carecem de obras que permitam a sua funcionalidade. Foi decidido que o arranjo das instalações, visitadas após a reunião, deveriam ser custeadas pelos sócios que residem naquela área, pelo que a Comissão Instaladora assumiu o envio rápido, à Sede Nacional, da acta do encontro e orçamento das obras, no sentido de se iniciar contacto com os associados, tendente a sensibiliza-los quer ao acompanhamento das mesmas quer à sua colaboração pecuniária. Espera-se rápida execução do que foi assumido, para que se possa pôr, ao serviço dos deficientes militares daquela região, uma estrutura que a eles se destina e é urgente que comece a funcionar.

Posteriormente, num restaurante local, os presentes conviveram durante um almoço bastante animado.

Reuniões descentralizadas de associados Sede Nacional

A direcção Nacional, em cumprimento do que se propôs no programa eleitoral, está a promover contactos com associados da área periférica de Lisboa, a fim de que possam realizar-se reuniões descentralizadas, na área das suas residências em conjunto com os Órgãos Nacionais.

Apela-se assim à disponibilidade de todos, designadamente dos residentes no Barreiro, Amadora, Almada, Torres da Qtª. do Morgado, Queluz, Sintra e Cascais, para a adesão a esta nova forma de contactos e informação, os quais e atempadamente, lhes serão comunicados.

Aveiras-de-Cima

Noite de São Martinho

Após o Acto Eleitoral, no dia 4 de Novembro, e a partir das 22:00 horas, realizar-se-á nas instalações da Casa do Povo de Aveiras-de-Cima, a castiça e já habitual "Noite de Fados".

O elenco será divulgado na próxima edição do ELO, e pode salientar-se já que, diferentemente das outras sessões, que a entrada para esta importará em 500\$00, por pessoa, sendo pago à parte o consumo que assentará em caldo verde, bacalhau e chouriço assados e vinho, sendo as castanhas e a água pé "oferta da casa".

As inscrições podem ser feitas, até ao dia 31 de Outubro, para os associados Manuel Joaquim (telef. 45666) e Elisiário Seabra (telef. 46305).

Núcleo de Alcobaça Encontro na Batalha 28 de Outubro, Sábado

O Núcleo da ADFA em Alcobaça vai promover um encontro na Batalha, no próximo dia 28 de Outubro, sábado, onde espera ver reunidos muitos associados daquela área, a fim de se tomarem algumas deliberações sobre o futuro e desenvolvimento de actividades daquela estrutura associativa.

Programa:

09:30 horas Concentração junto à porta principal do Mosteiro.

10:00 horas Missa de sufrágio pelos associados falecidos, seguida de deposição de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido.

12:30 horas Almoço no restaurante D. João I, naquela localidade.

O almoço que se comporá de sopa, bacalhau à casa, borrego à "ti Faustina", sobremesas, vinho, água, sumos, café e digestivos, importará em 2.350\$00 por adulto, com uma atenção especial para crianças até aos 10 anos.

Inscrições até ao dia 25 de Outubro para os elementos da Comissão Instaladora do Núcleo:

Daniel - Telf. 503133, Silvio - Telf. 41733, Amaro - Telf. 596253, Asdrubal - Telf. 544283, Aniceto - Telf. 41492.

Comparece e traz a família